

Últimos dias para eleger os conselheiros da Petros. Vote 14 e 22!

Termina na segunda-feira, 27, a eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros. Quem ainda não votou, deve garantir esse direito e eleger representantes com propostas construtivas e que tenham o respaldo da categoria.

Devido a uma série de problemas no sistema da Petrobrás, a votação pela intranet/Petronet tem sido extremamente dificultada. A FUP cobrou várias vezes que a empresa e a Comissão Eleitoral resolvam os problemas e a informação da TI é de que foram realizados acertos no sistema e a recomendação é utilizar o navegador Explorer (veja orientação ao lado).

Portanto, insista e garanta o seu direito ao voto. Não deixe que escolham por você. O mandato dos conselheiros é de quatro anos.

Daí a importância de votar em candidatos atuantes nas lutas da categoria, que respeitam as opiniões dos participantes, aposentados e pensionistas e, acima de tudo, são comprometidos com as causas dos trabalhadores.

Para o Conselho Deliberativo da Petros, a FUP e seus sindicatos apoiam a dupla

número 14, que tem Abílio Tozini (RJ) como titular e Vicente Pontes (RN) como suplente. Para o Conselho Fiscal, a dupla apoiada pela FUP e seus sindicatos é a de número 22, que tem Deyvid Bacelar (BA) na titularidade e Fernando Maia (RS) na suplência. Conheça suas propostas, acessando o blog www.vote14e22petros.com.br.

Como votar pela internet

Acesse o Portal da Petros - www.petros.org.br - e na área do participante, informe o número da matrícula, CPF e senha Petros. Nas unidades do Sistema Petrobrás, o voto pode ser feito pela intranet/Petronet, com as chave e senha corporativas. Dê preferência ao navegador Explorer e clique no banner da eleição Petros, através do qual acessará o sistema de votação. É preciso também informar o CPF.

Como votar pelo telefone

Ligue grátis para o número 0800 283 1676, com a senha que encontra-se no kit votação, enviado a todos os eleitores. É possível efetuar a ligação de telefone fixo, público ou celular, sem qualquer custo. No caso do não recebimento ou perda de senha, é possível solicitá-la através do número 0800 025 35 45.

Editorial: Que tipo de conselheiro você quer na Petros?

Estamos na reta final da eleição dos novos conselheiros da Petros e mais uma vez os divisionistas apelam para mentiras, armações e acusações levianas contra a FUP, na tentativa de desqualificar os candidatos que apoiamos. O mesmo discurso vazio, cheio de chavões ultrapassados, que já são conhecidos de cor e salteado pela categoria.

Essa turma está praticamente há uma década no vácuo da FUP, à reboque dos nossos indicativos e conquistas. Nas campanhas reivindicatórias, eles fingem que negociam com a Petrobrás, mas assinam os mesmos acordos conquistados pela FUP, apesar de considerarem "rebaixados". Nada propõem, nada conquistam, nada fazem, a não ser dividir a categoria.

No caso da Petros, os divisionistas condenam a repactuação, mas nunca procuraram sequer discutir com a Petrobrás alternativas que resolvessem os problemas crônicos do Plano Petros, como fez a FUP. Mobilizamos os participantes da ativa, aposentados e pensionistas, fomos à luta e, a duras penas, conquistamos o acordo que saneou o Plano Petros, que saiu do déficit para um superávit bilionário, e corrigiu uma série de distorções

e injustiças, como o cálculo das pensões e a garantia da contribuição paritária entre ativa, assistidos e patrocinadora.

Os divisionistas e os leilões de petróleo

Os petroleiros sabem que a FUP é que de fato organiza e mobiliza a categoria, intervindo em debates estratégicos sempre a favor dos trabalhadores e aposentados, seja no âmbito da Petros, da Petrobrás ou na defesa da soberania nacional, como fizemos agora nos atos contra o leilão de petróleo.

Os divisionistas, com exceção do Sindipetro-RJ, se omitiram e ainda acusaram a FUP de tentar blindar o governo. Onde estavam enquanto a FUP ocupava por 15 horas a sede do Ministério de Minas e Energia, em protesto contra a 11ª Rodada? O que fizeram de concreto para impedir o leilão enquanto a FUP era uma das líderes do comando de ocupação do MME, em um enfrentamento direto com o governo? Nada e ainda criticam quem foi à luta.

Um comportamento típico de quem faz o jogo daqueles que defendem os leilões de petróleo e a privatização da Petrobrás. É o caso, por exemplo, da ala reacionária que continua entranhada na gestão

da estatal, com o apoio da Aepet, aliada histórica dessa turma. Os mesmos que defenderam o Plano Petrobras Vida, que acabaria com o Plano Petros e os benefícios dos aposentados e pensionistas, não fosse a reação da FUP e de seus sindicatos.

O dirigente da Aepet que é candidato ao Conselho da Petros passou um ano ocupando a vaga dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás e o que fez pela categoria e por nossas bandeiras históricas, como o fortalecimento da empresa e a defesa da soberania nacional? Nada e ainda municiou a mídia com um arsenal de informações que deixou os privatistas literalmente em polvorosa.

Que tipo de conselheiro você quer na Petros? Os que mentem e utilizam os seus mandatos em prol de seus projetos políticos pessoais? Ou os que organizam os trabalhadores, respeitam suas decisões coletivas e vão à luta para avançar nas conquistas?

Antes de votar, analise muito bem os candidatos, procure conhecer suas propostas e se têm condições de conquistá-las. Depois de eleito, os conselheiros terão quatro anos de mandato. Portanto, vote em quem de fato tem compromisso com os petroleiros e respaldo de entidades sérias e de luta.

FUP e sindicatos participam de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás e do Pré-Sal

Diante da ofensiva cada vez maior dos grupos privados na indústria petrolífera brasileira, a FUP e seus sindicatos estão articulando novas frentes de luta em defesa da soberania nacional. Após a grande jornada de mobilizações das últimas semanas contra a 11ª Rodada de Licitações dos blocos exploratórios de petróleo e as privatizações no setor elétrico, os trabalha-

dores organizados seguem firmes na luta para ampliar e fortalecer o papel do Estado no setor energético.

No último dia 22, a FUP e os Sindipetros NF, BA, MG, Unificado-SP, RN, ES, PR/SC e Duque de Caxias participaram da instalação em Brasília da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás e do Pré-Sal, composta por 235 deputados e senadores.

Ela é presidida pelo deputado federal Luiz Alberto (PT-BA) e trabalhará em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal, coordenada pela deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), que visa garantir a destinação dos royalties do petróleo para investimento na área social. Veja a íntegra da matéria na página da FUP: www.fup.org.br

Duas mortes em menos de 72 horas em plataformas terceirizadas a serviço da Petrobrás

Menos de 72 horas após o acidente que matou um plataformista da Queiroz Galvão na Bacia de Santos, mais um petroleiro morreu à bordo de outra plataforma privada contratada pela Petrobrás. Dois acidentes semelhantes com trabalhadores terceirizados que atuavam em plataformas contratadas pela Petrobrás para perfurar poços na Bacia de Santos. O primeiro aconteceu no dia 15, na plataforma SS-83, da Queiroz Galvão, onde Mirival Costa da Silva, 35 anos, caiu de uma cesta quando fazia a descida para revestimento de um poço. O segundo acidente foi no dia 18, em circunstâncias praticamente idênticas, só que na plata-

forma SS-69, da Seadrill. Leandro de Oliveira Couto, 34 anos, sofreu uma queda de aproximadamente 20 metros de altura, também durante uma operação de descida de revestimento em um poço.

Ambos morreram a bordo de plataformas terceirizadas contratadas pela Petrobrás que, em nenhum dos dois acidentes, sequer se manifestou. Duas vítimas de uma indústria de alto risco, onde a terceirização de atividades fim tem se alastrado, principalmente na área de exploração e produção, estimulada pela Petrobrás, que é a principal contratante, e pela ANP, que não fiscaliza como deveria as condições de trabalho a bordo das plataformas. Só

esse ano, já aconteceram quatro acidentes fatais com trabalhadores contratados pela Petrobrás.

No caso das petrolíferas privadas, a situação é ainda pior: todas as plataformas são terceirizadas, como é o caso da Shell, Chevron, OGX e tantas outras que operam no Brasil, sem qualquer compromisso com a soberania do país e menos ainda no que diz respeito às condições de trabalho e segurança. São empresas que só visam o lucro e que têm por princípio a exploração do trabalho ao menor custo possível. O resultado é um rastro de vidas perdidas, amputações, doenças crônicas e danos ambientais.

Centrais intensificam luta contra o PL 4330, que libera a terceirização e retira direitos

As principais centrais sindicais do país (CUT, CTB, CGTB, Força Sindical, UGT, Nova Central e Intersindical) articulam novas frentes de luta para barrar o Projeto de Lei 4.330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB/GO), que libera por completo a terceirização, precariza ainda mais essa forma de contratação e ameaça direitos históricos da classe trabalhadora.

Em reunião no último dia 21, as centrais elaboraram um plano de ação unitário para impedir a aprovação do PL, que está em fase final de tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJ). No dia 17 de maio, o

relator do Projeto, deputado Arthur Maia (PMDB/BA), apresentou parecer favorável à sua constitucionalidade e rejeitou todas as emendas propostas pelas centrais sindicais. A partir de agora, o relatório depende do parecer do presidente da CCJ, deputado Henrique Alves (PMDB/RN) para ser votado. Caso seja aprovado, o PL 4330 segue direto para o Senado.

As entidades sindicais defendem a proibição da terceirização para atividades fim, igualdade de tratamento entre trabalhadores próprios e terceirizados, responsabilidade solidária da empresa contratante, entre outras proposições rejeitadas pelo relator Arthur Maia, que

eliminou também as emendas 85 e 24, que propunham a substituição completa do PL 4330 por um projeto elaborado pelas centrais.

Na última reunião da Mesa Permanente de Negociação com a CUT e demais centrais sindicais, o governo assumiu o compromisso de articular com a base aliada a paralisação do PL 4330 e discutir com a representação dos trabalhadores alternativas para regulamentação da terceirização. Na segunda-feira, 27, as centrais se reúnem com deputados federais de suas bases para elaboração de uma nova proposta dos trabalhadores e no dia 28, voltam a reunir-se com Arthur Maia.

Regramento da PLR: próxima reunião será dia 04

Os petroleiros voltaram a se mobilizar na sexta-feira, 24, cobrando da Petrobrás a apresentação de uma proposta que estabeleça regras justas e democráticas para provisionamento e distribuição das PLRs futuras. A FUP realizou quatro rodadas de negociação com a empresa, que deveria apresentar uma proposta final na sexta-feira, 24, mas adiou para o dia 04 de junho

a próxima reunião com as representações sindicais. Para pressionar a Petrobrás a avançar no atendimento das principais reivindicações dos trabalhadores, os sindicatos realizaram mais um dia de luta, nesta sexta-feira, com atrasos e mobilizações em várias bases.

Toda a negociação de regramento da PLR conduzida pela FUP teve como

base a proposta aprovada em 2008 pelos trabalhadores e cuja íntegra pode ser acessada na página da Federação: www.fup.org.br. O resultado desse processo de negociação será submetido aos trabalhadores em assembleias. Se a proposta final for aprovada, será implementada para o exercício de 2014, cujo pagamento será feito em 2015.

Edição 1090 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Hoffman, Leopoldino, Chico Zé, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubirany, Zé Maria,